

Crise internacional: nem tudo é inevitável

A economia mundial entrou em uma nova fase de deterioração, ainda como desdobramento da crise financeira que teve início nos Estados Unidos, em 2007, e se acirrou a partir de setembro daquele ano. O que era uma crise financeira acabou por se tornar também uma crise fiscal, pela rápida elevação dos níveis de dívida pública, e uma crise de crescimento, pela fragilidade da demanda privada e pela limitação ao uso de novos estímulos fiscais e monetários.

Diante do quadro atual, e levando em conta também as dificuldades políticas que os países têm enfrentado para alcançarem consenso sobre as medidas corretivas a serem adotadas, pode-se afirmar que o desempenho da economia mundial nesta segunda década do século XXI não será tão benigno quanto o da década passada. A probabilidade de que haja uma rápida recuperação do crescimento dos países desenvolvidos é bastante remota. O cenário mais provável, corroborado inclusive por previsões de instituições com o FMI e a OCDE, é de que o mundo desenvolvido atravesse alguns anos de baixo crescimento, marcados por desalavancagem das famílias (no caso dos EUA) e do sistema financeiro, além de ajustes fiscais severos, com uma provável recuperação somente a partir de meados da década atual. Mesmo assim, não há certeza se o mundo voltará a desfrutar tão cedo de uma fase de prosperidade semelhante à da primeira década do século XXI.

Embora, até o momento, os países emergentes tenham sido capazes de sustentar seu crescimento, mantendo um

mundo que cresce “a duas velocidades”, não é prudente acreditar que o Brasil possa passar ileso por esse período tempestuoso. Isso porque, além dos efeitos diretos da crise nos países desenvolvidos, que respondem por mais da metade do PIB mundial, há três fatores que têm potencial de fazer estragos em nosso desempenho exportador: uma queda dos preços das *commodities*, uma desaceleração maior do que a esperada na economia chinesa e uma eventual retração do mercado internacional de crédito.

Durante o período 2004-2011, os ganhos de preços foram responsáveis por nada menos que 70% do crescimento das exportações do país. Nesse período, o crescimento acumulado do *quantum* foi de apenas 43%, enquanto os preços aumentaram 151%. Se considerarmos o desempenho dos produtos manufaturados, o resultado é ainda pior: variação de 25% do *quantum* e de 92% dos preços. Além disso, a pauta exportadora concentrou-se em *commodities* – a participação dos produtos básicos na pauta passou de 29,5% para 47,1%. Na prática, isso significa que o país está bem mais vulnerável às flutuações de preços e de demanda de um grupo restrito de produtos do que já esteve em um passado não muito distante. E significa também que a capacidade de expansão das exportações em volume tem sido muito restrita, mesmo no caso dos produtos básicos – em 2011, até outubro, o *quantum* desses produtos cresceu apenas 2,2%.

A boa notícia é que, de forma geral, considera-se que a demanda mundial por esses produtos continuará forte nos próximos anos, devido à entrada no mercado consumidor de grandes contingentes populacionais na China, na Índia e em outros países em desenvolvimento. A isso se soma o fato de que a capacidade de expansão da oferta mundial de *commodities* deve continuar enfrentando restrições importantes, seja pela falta de fontes adicionais (como no caso do minério de ferro), seja pelo alto custo de explorar novas jazidas (caso do petróleo), seja ainda pela escassez de terras e de investimentos para a produção agrícola. Esse ainda é considerado o cenário mais provável, e nele o Brasil se encontra muito bem posicionado, mais do que qualquer outro país do mundo, por ter enorme potencial de aumento de oferta tanto em *commodities* agrícolas quanto nas minerais e energéticas.

Entretanto, não se pode descartar a ocorrência de cenários menos favoráveis. As indefinições e a falta de liderança política no mundo desenvolvido podem fazer com que a crise atual se arraste por um prazo muito maior do que o esperado. Além disso, a capacidade de os países emergentes manterem seu crescimento descolado do mundo desenvolvido pode ser bem menor do que se imagina, sendo de especial importância o caso da China, que enfrentará dificuldades crescentes para sustentar seu crescimento baseado em exportações e precisará, em um intervalo relativamente curto de tempo, reformular seu mix de políticas para estimular o crescimento com base na demanda interna.

Há que se considerar também o risco de uma contração do crédito internacional, conforme os bancos da Europa e dos Estados Unidos sejam obrigados a aumentar substancialmente sua base de capital e reduzir o risco de suas carteiras. Tal contração teria efeitos especialmente maléficos sobre o comércio internacional, como bem ilustra o que ocorreu no final de 2008, após a quebra do banco Lehman Brothers.

Diante disso, qual deve ser o comportamento do Brasil? Infelizmente, não há muito que fazer no curto prazo, e os efeitos da crise internacional, mesmo diante do cenário mais favorável, serão menor crescimento das exportações e, conseqüentemente, menor crescimento do PIB, embora sem risco de crise cambial. O câmbio deve continuar apreciado, e as *commodities* continuarão ditando o ritmo do comércio exterior. Pensando no médio e longo prazo – digamos, cinco a dez anos –, a melhor

maneira de sustentar o crescimento, mesmo diante de um cenário externo ruim, é bastante conhecida: aumentar a poupança doméstica, de forma a permitir um aumento dos investimentos sem recorrer a volumes muito elevados de poupança externa; e promover reformas microeconômicas voltadas a reduzir custos e estimular a inovação, com vistas a ganhos mais consistentes de produtividade e competitividade.

Em síntese, ao mesmo tempo em que temos motivo para nos regozijar de nossa sólida posição econômica atual e das boas perspectivas que se abrem para o futuro próximo, devemos estar preparados para um cenário menos favorável, agindo desde já para superar diversas barreiras competitivas que restringem principalmente a evolução do setor industrial. Dessa forma estaremos também nos preparando para maximizar os benefícios econômicos e sociais oriundos da exploração de nossas riquezas naturais, evitando supostas “maldições” que, essas sim, cabe somente a nós prevenir.

Fernando Ribeiro
Economista-chefe da Funcex